

TERRITÓRIO, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS ESPACIAIS

Marília Steinberger (Org)
Brasília: Ler Editora/CNPq, 2013

Ricardo Farret

Pesquisador Associado junto ao NEUR
– Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais
da Universidade de Brasília

A obra *Território, Estado e políticas públicas espaciais*, organizada por Marília Steinberger, economista e professora do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, é fruto de uma linha de pesquisa que, com o apoio do CNPq, vem sendo desenvolvida desde meados dos anos 2000 e que tem no tema “políticas públicas espaciais” os seus pontos de partida e chegada. Trata-se do segundo produto dessa linha de investigação, dando continuidade ao livro publicado em 2006, *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*.

A premissa central da linha de pesquisa parte da observação de que nem todas as políticas públicas nacionais – como a ambiental, a de ordenamento territorial, a regional, a urbana e a rural – podem ser adequadamente enquadradas na categorização corrente de políticas econômicas, sociais e setoriais. Nesse caso, segundo a organizadora, em comum, elas têm um DNA específico: uma fundamentação espacial, pois o que as une é o conceito de espaço geográfico, entendido, com base no pensamento de Milton Santos, não como mero receptáculo das ações humanas, mas como uma entidade histórico-social que, ao ser produzido/modificado, transforma-se num ‘território usado’, isto é, abriga ‘a materialidade mais a vida que a alma’. É a partir desse arcabouço que a linha de pesquisa que dá origem ao livro se aprofunda em análises comparativas entre os discursos das políticas públicas brasileiras, formuladas desde o final dos anos 1950.

De modo a identificar se e como o espaço/território estava nelas presente, o livro se concentra nas políticas formuladas no horizonte temporal dos anos posteriores a 2002, quando, conforme os

autores, começa de fato a retomada da produção de políticas públicas nacionais. Esse corte temporal não é gratuito.

De fato, no contexto do neoliberalismo, vigente até o início dos anos 2000, o pensamento dominante do estado mínimo levou o Estado Brasileiro, a despeito da edição de inúmeras medidas de política macroeconômica, à omissão em relação à formulação de um planejamento nacional e de políticas públicas, substituídas por uma gestão pontual e localista, via programas e projetos, inclusive ambientais, regionais, urbanos e rurais.

Como observa Antonio Carlos Galvão na sua *Apresentação*, depois de resistir à adoção dos princípios neoliberais nos anos 1980 e a ela sucumbir nos anos 1990, foi a partir de 2002 que o Brasil, ao retomar o campo das políticas sociais (centradas no combate à fome e à pobreza) e transformá-lo em eixo de estruturação de um novo projeto de desenvolvimento nacional – o qual, tendo como pano de fundo um quadro de profundas desigualdades sociais e espaciais –, fez com que o território emergisse como uma possibilidade e uma promessa para a reorganização do planejamento e das políticas públicas. Território, aqui entendido como ‘território usado’, na concepção conceitual de Milton Santos, como a expressão inequívoca da política, dos homens, mais que das coisas.

Numa tentativa de analisar o sentido e o direcionamento dessa retomada (do planejamento e) das políticas públicas, a partir de 2002, depois de identificar uma trajetória errática nessas políticas – com um misto de “participacionismo” e “ranço tecnocrático e autoritário” –, o livro prescreve a necessidade de discutir novos enfoques de políticas públicas, tais como o repensar a sua categorização/tipologia e transferir as bases teórico-conceituais sobre o espaço geográfico e ‘território usado’ para a prática de sua produção. No livro, as respostas a tais questões encontram amparo numa linha metodológica que divide as políticas (e “quase políticas”) entre aquelas fortemente ancoradas no território e aquelas de outra natureza, embora com visíveis implicações espaciais.

Com *Prefácio e Apresentação* altamente elucidativos no que concerne às imbricações do planejamento e da formulação das políticas públicas

com as ideologias de desenvolvimento no mundo contemporâneo, o livro compõe-se de três partes. A primeira, *Discussões teóricas e metodológicas*, com três capítulos, examina o atual sentido do Estado e sua relação com políticas públicas e território; a importância política da categoria ‘território usado’; e os parâmetros analíticos adotados para o entendimento da relação políticas públicas-discursos. Para isso, o livro apoia-se em análises da atualidade capitalista, elaboradas por autores de peso, tais como Eric Hobsbawm, Jürgen Habermas, Boaventura de Sousa Santos, David Harvey e István Mészáros, visando a examinar o papel do Estado e dos espaços nacionais. Ao lado disso, a fim de relacionar essas ideias às especificidades brasileiras, é inserido nessa parte do livro o pensamento de importantes autores nacionais, como Celso Furtado, Helio Jaguaribe, Milton Santos, Carlos Lessa e Samuel Pinheiro Guimarães.

Nas partes restantes – a segunda, *Políticas públicas espaciais*, e a terceira, *Políticas de relevante impacto espacial-territorial* –, os autores do livro, a partir de uma criteriosa análise de documentos oficiais, realizam um trabalho de fôlego visando à identificação do real conteúdo das políticas públicas nacionais, por meio de três parâmetros que dão a necessária unicidade à análise: (i) o conteúdo formal da proposta; (ii) o ‘jogo político’ de fazer política e (iii) a abordagem espacial-territorial –este último considerado como o parâmetro-síntese das aceções, explícitas e implícitas, de espaço e território nos documentos analisados.

Nesse enfoque, enquanto a segunda parte, em cinco capítulos, vasculha as políticas ambiental, a

de ordenamento territorial, a regional, a urbana e a rural, a terceira, também com cinco capítulos, dissecas as políticas industrial, a de turismo, a de habitação, a de transportes e a de inclusão digital, totalizando dez políticas públicas específicas.

Finalmente, cabe destacar outros aspectos do livro que, sendo produzido de forma coletiva e *na* academia – mas não exclusivamente *para* a academia –, reforçam a qualidade da obra. Em primeiro lugar, a autoria distribuída entre alunos e ex-alunos de Marília Steinberger, a organizadora da obra, denotando a verdadeira função do desenvolvimento de uma linha de pesquisa acadêmica; em segundo lugar, a total adesão dos diversos artigos que compõem o livro ao seu marco teórico-metodológico. Foge, assim, do padrão, muitas vezes presente em obras dessa natureza, em que os artigos têm *vida própria*, no mais das vezes, uma coletânea de textos *requentados*, distanciados do foco proposto. Finalmente, quando, não raras vezes, é mais fácil publicar um livro que um artigo em revista científica de credibilidade, a obra inova ao criar um Conselho Editorial, *ad hoc* e independente, constituído por professores de diversas universidades, nenhum da Universidade de Brasília, o que legitima ainda mais a obra.

Concluindo, torna-se importante assinalar que, pela atualidade e relevância de sua temática, pela consistência teórico-metodológica de sua produção e pelo seu conteúdo final, não hesito em recomendar a leitura e a discussão dessa obra aos segmentos da academia e aos formuladores de políticas públicas engajados na retomada da questão espacial no planejamento brasileiro, em todas as suas escalas.